

UNIVERSIDADE DE PASSO FUNDO

Gesica Cristina Albani

VIOLÊNCIA DE GÊNERO E O PODER ALQUÍMICO DA  
ARTE

Passo Fundo

2017

Gesica Cristina Albani

VIOLÊNCIA DE GÊNERO E O PODER ALQUÍMICO DA  
ARTE

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso de Artes Visuais, Faculdade de Artes e Comunicação, da Universidade de Passo Fundo, como requisito parcial para a obtenção do grau de Bacharel em Artes Visuais, sob a orientação do(a) Ms. Aline do Carmo

Passo Fundo

2017

Gesica Cristina Albani

**Violência de gênero e o poder alquímico da arte**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso de Artes Visuais, Faculdade de Artes e Comunicação, da Universidade de Passo Fundo, como requisito parcial para a obtenção do grau de Bacharel em Artes Visuais, sob a orientação do(a) Ms. Aline do Carmo

Aprovada em \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

**BANCA EXAMINADORA**

---

Prof(a). Orientadora Aline do Carmo - UPF

---

Prof(a). da disciplina Marilei Teresinha Dal Vesco - UPF

---

Prof(a). Convidada Ms. Mariane Loch Sbeghen - UPF

Dedico esse estudo para todas as mulheres que foram caladas, esquecidas e viraram números em estatísticas. Dedico também às que lutam diariamente por um mundo melhor. E dedico, especialmente, para aquelas que eu mais amo, meus grandes exemplos de força e empatia, minha avó e minha mãe.

Agradeço a minha família que me incentivou durante toda a faculdade. E a todos os professores, em especial, a Profas. Aline do Carmo e a Graciela Ormezzano, minhas orientadoras maravilhosas de TCC e pesquisa.

A atividade predatória contra os lobos e contra as mulheres por parte daqueles que não os compreendem é de uma semelhança surpreendente.

Clarissa Pinkola Estés

## RESUMO

O presente estudo aborda a violência de gênero, mais especificamente, a violência contra a mulher baseada em estereótipos de gêneros e como a arte em contexto terapêutico pode auxiliar a vida dessas pessoas. A arteterapia, sem pormenorizar, se caracteriza como um processo terapêutico que usa diferentes linguagens expressivas para auxiliar pessoas em estado de sofrimento. Pretendeu-se averiguar a literatura existente para entender de que forma a arteterapia pode auxiliar na retomada do bem estar e saúde com viés para violência de gênero. Entre os objetivos que foram contemplados na pesquisa, salienta-se, em especial, a investigação da influência que os pensamentos sobre os corpos tiveram na consolidação da desigualdade de gênero e patriarcado na nossa sociedade que desencadeiam ciclos de violência contra a mulher e feminicídio, e o que pautam as políticas públicas brasileiras sobre o assunto. Segundo a ONU (Organização das Nações Unidas) a violência contra a mulher se perpetua e se caracteriza como uma grave violação dos direitos humanos, com consequências negativas para o grupo em específico e a sociedade em geral. A pesquisa se deu através de revisão bibliográfica de escritos das áreas da sociologia, filosofia, arte e arteterapia e foi contemplada por ilustrações pensadas através da temática. É importante enfatizar que a arteterapia pode ajudar essas mulheres de inúmeras formas, como na retomada da autoconfiança e autoestima, socialização, exercitar sua criatividade e exercer sua independência e afetividade, além de reaver ou pensar em novos planos para futuro e que muitos avanços relacionados as políticas públicas ainda só existem no papel.

Palavras-chave: Violência de gênero. Feminicídio. Políticas públicas. Arte. Arteterapia.

## **ABSTRACT**

The present study deals with gender violence, more specifically, violence against women based on gender stereotypes and how art in a therapeutic context can help their lives. Art therapy, without detail, is characterized as a therapeutic process that uses different expressive languages to assist people in a state of suffering. The intention was to investigate the existing literature to understand how art therapy can assist in the recovery of well-being and health with bias for gender violence. Among the objectives that were contemplated in the research, we highlight in particular the investigation of the influence that the thoughts on the bodies had in the consolidation of the gender inequality and patriarchy in our society that trigger cycles of violence against the woman and feminicide, and which govern Brazilian public policies on the subject. According to the United Nations, violence against women perpetuates itself and is characterized as a serious violation of human rights, with negative consequences for the specific group and society in general. The research was done through bibliographical review of writings from the areas of sociology, philosophy, art and art therapy and was contemplated by illustrations thought through the theme. It is important to emphasize that art therapy can help these women in innumerable ways, such as regaining self-confidence and self-esteem, socializing, exercising their creativity and exercising their independence and affection, and recovering or thinking about new plans for the future, and that many advances related to public policies still exist only on paper.

Key words: Gender violence. Feminicide. Public policy. Art. Art Therapy.



## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Desenho 1 -	Vista as máscaras que lhe convém.....	26
Desenho 2 -	Veja flores em você.....	32
Desenho 3 -	Eu não pedi por isso.....	35
Desenho 4 -	Mulheres que correm com os lobos.....	39

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>10</b>
<b>2</b>	<b>VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER: UM FENÔMENO GLOBAL</b>	<b>12</b>
<b>2.1</b>	<b>Sobre estereótipos de gênero e violência.....</b>	<b>12</b>
2.1.1	Cultura de desigualdade.....	16
2.1.2	Virilidade nociva e cultura de estupro.....	19
<b>2.2</b>	<b>Femicídio x políticas públicas.....</b>	<b>20</b>
2.2.1	As diretrizes no Brasil.....	22
<b>2.3</b>	<b>O poder alquímico da arte.....</b>	<b>25</b>
2.3.1	Arte & Transformação.....	26
2.3.2	Criatividade e a relevância da arte em ambiente terapêutico.....	29
2.3.2.1	<i>Terapia pela arte.....</i>	30
2.3.3	Histórico & Aprendizados.....	32
2.3.3.1	<i>Arteterapia &amp; Violência.....</i>	35
<b>3</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>40</b>
	<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>42</b>

## 1 INTRODUÇÃO

O psiquiatra e psicanalista suíço Carl Gustav Jung estudou o papel da arte em ambiente terapêutico e pode observar os benefícios que as linguagens expressivas e a criatividade promoviam em sua vida e dos seus pacientes. Ele estudou como a arte facilitava o contato com conteúdos oriundos do inconsciente individual e coletivo, e como promove o processo de individuação, de autoconhecimento, de tornar a si mesmo. Em ambiente terapêutico as linguagens artísticas podem facilitar a socialização, a satisfação pessoal, a exploração de conflitos e traumas, enfim, o desenvolvimento da qualidade de vida. Pretendeu-se com este estudo, abordar questões referentes à terapia pela arte, mais especificamente, averiguar a literatura existente para entender de que modo a arteterapia pode auxiliar na retomada do bem estar e saúde com viés para violência de gênero.

Atualmente a violência de gênero tem sido pauta de discussões que se fazem necessárias em função dos problemas vivenciados cotidianamente por mulheres e meninas. O assunto, segundo a ONU (Organização das Nações Unidas), tem mobilizado pessoas e movimentos há décadas e ainda é fundamental, pois a violência contra a mulher se perpetua e se caracteriza como uma grave violação dos direitos humanos, com consequências negativas para o grupo em específico e a sociedade em geral.

Entre as consequências estão os impactos físicos e psicológicos que impedem que essas pessoas participem plenamente na sociedade, e em casos mais extremos, e infelizmente não raros, a morte. “A violência tem ainda enormes custos, desde gastos com saúde e despesas legais a perdas de produtividade, impactando os orçamentos nacionais e o desenvolvimento global.” (ONU - BRASIL, [201?]). O fim da violência de gênero está entre alguns dos tópicos mais importantes nas agendas de diversos países. Tendo em vista que essas mulheres necessitam por vezes de tratamento físico e psicológico em função dos traumas vividos é importante se pensar em terapias alternativas que possam ajudá-las.

Através de pesquisa bibliográfica buscou-se investigar a problemática da violência de gênero, femicídio e as políticas públicas brasileiras existentes, assim como falar sobre arte e arteterapia. Verificaram-se também dados sobre o índice de violência contra a mulher no Brasil. A revisão de literatura ocorreu por meio do estudo de escritos das áreas da sociologia, filosofia, arte e arteterapia.

Em função do apreço por experimentação prática em artes visuais, e em particular, a predileção por ilustração, através de depoimentos ou notícias acerca de mulheres que sofreram agressões ou abusos físicos, morais ou psicológicos até podendo ter sido levadas a óbito,

disponibilizados em redes sociais e internet em geral, mais os saberes contemplados nos escritos foi realizada a produção de uma série de quatro desenhos em papel Canson A3 com lápis de cor, nanquim e giz pastel seco sintetizando o que foi pensado e sentido ao ler essas histórias, primando pela estética e poética relacionando imagem e conteúdo.

O estudo inicia com o desenvolvimento da revisão bibliográfica a cerca do conceito de violência e violência de gênero apresentando dados e relatos, assim como teorias dos autores consultados. Em seguida, aborda a fenômeno do feminicídio e o que pretendem as políticas públicas brasileiras atuais. A produção prática acompanha os itens e subitens posteriores sobre arte e arteterapia relacionando as ilustrações com o conteúdo explicado.

## 2 VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER: UM FENÔMENO GLOBAL

A violência contra a mulher envolve fatores vinculados a processos culturais e sociais que fomentam práticas contra o sexo feminino. O objetivo neste momento não é fazer um apanhado histórico acerca do assunto, mas sim, assinalar pensamentos, teorias, culturas de violência doméstica, familiar, intrafamiliar e de gênero construídas no decorrer do tempo e que ainda são reproduzidas, introduzindo assim ao feminicídio, assunto contemplado no próximo item.

Entre as questões que serão abordadas, salienta-se, em especial, a influência que os pensamentos sobre os corpos tiveram na consolidação da desigualdade de gênero e patriarcado na nossa sociedade. É importante também constatar que muitas vezes os ideais e expectativas acerca dos gêneros nada mais são do que produtos da construção social. (SAFFIOTI, 2004, p. 45). Isso fica evidente nas atividades que se espera que cada um desempenhe, seja na vida pessoal, social ou profissional.

### 2.1 Sobre estereótipos de gênero e violência

Basta abrir redes sociais e verificar a linha do tempo, em especial jornais *online*, para ler notícias sobre agressões e abusos que mulheres, adolescentes e meninas sofrem. O mesmo conteúdo é veiculado por outros meios de comunicação: a internet de uma forma geral, televisão, rádio, jornal impresso, entre outros. Conforme Giffin e Francisquetti (apud CORBETT E., SEI M.B., 2006, p. 27), a violência contra a mulher:

[...] pode ocasionar importantes conseqüências nas diversas esferas, como física, emocional e social. No caso da violência contra a mulher, observa-se seqüelas relacionadas à área da saúde, como aumento do risco para dores crônicas, para DST e AIDS, além de abuso de substâncias psicoativas e distúrbios físicos e psicológicos diversos.

É interessante destacar o sentido de violência aqui expresso, que se trata de toda e qualquer forma de agressão e abuso em relação a outrem, sejam eles físicos, psíquicos, sexuais e/ou morais. Violência de gênero pode ser entendida e perpetuada de várias formas (homem contra homem, mulher contra mulher, mulher contra criança), porém o sentido aqui explorado é o de quando indivíduos do sexo masculino (homens ou adolescentes) agem contra indivíduos do sexo feminino (mulheres, adolescentes, meninas ou bebês) baseados em gênero, ou seja, em estereótipos e por vezes vulnerabilidades promovidas por um contexto de

estruturas de poder desiguais que favorecem o masculino. Esse tipo de violência voltada às mulheres em função do gênero é um fenômeno global, ou seja, acontece em vários países, com maior ou menor incidência e gravidade. Conforme as *Diretrizes Nacionais Femicídio* (BRASILIA, 2012, p.13)

As mortes violentas de mulheres por razões de gênero são fenômeno global. Em tempos de guerra ou de paz, muitas dessas mortes ocorrem com a tolerância das sociedades e governos, encobertas por costumes e tradições, revestidas de naturalidade, justificadas como práticas pedagógicas, seja no exercício de direito tradicional – que atribui aos homens a punição das mulheres da família - seja na forma de tratar as mulheres como objetos sexuais e descartáveis.

Vale notar que a violência psíquica, moral e simbólica ocorrem, às vezes, num campo mais abstrato de pensamento, mas podem ser diagnosticadas facilmente dentro de relacionamentos abusivos, nos quais, o agressor pode efetuar comentários maldosos, imposições, opressões, cárcere, tiranias, entre outras práticas abusivas para fragilizar a vítima. Cabe ressaltar que algumas mulheres vítimas desse tipo de violência ou não as percebe ou se quer as consideram agressões, por serem seres históricos, frutos de uma sociedade patriarcal com seus próprios mecanismos de autoproteção e reprodução, nos quais possivelmente aprenderam a se sujeitar a determinados tipos de abusos por acharem que é um dever do próprio gênero ou algo pertinente ao amor (SAFFIOTI, 2004, p. 17).

Pierre Bourdieu (2011, p. 18) foi um sociólogo francês que em seu livro *A Dominação Masculina*, incitou a observar pressuposições dualistas (ativo/passivo, superior/inferior, luz/trevas entre outras) que cerceiam os corpos e o sexo, inferiorizando o feminino em razão ao masculino, tendo origem em um já predominante padrão de pensamento androcêntrico que existia na sociedade no qual são situados os processos de dominação.

O autor explica que as diferenças anatômicas entre os órgãos sexuais por vezes foi encarada como uma justificativa natural para divisão de trabalho e diferenças socialmente construídas. Porém, essas diferenças socialmente construídas já estavam instauradas quando no século XIX, por exemplo, anatomistas, se empenhavam em encontrar no corpo da mulher, justificativas para sua baixa condição no meio social. E mesmo muito antes disso os corpos, mais precisamente suas diferenças anatômicas e certos potenciais biológicos, já foram descritas dentro de um sistema que pretendia sobrepor um sexo em relação ao outro tachando como algo biológico, neutro e naturalizado (BOURDIEU, 2011, p. 24).

Têm-se exemplos desde a Antiguidade Clássica, entre os filósofos gregos, de pensamentos dualistas a respeito do gênero que inferiorizavam as mulheres (PERROT, 2016,

p. 22). Platão agradecia os deuses por não ser escravo e mulher. Para Aristóteles as mulheres eram um ser com carência de qualidades, com certas deficiências naturais (BEVOUIR, 1970, p. 10). As fêmeas eram o elemento passivo em função da penetração, enquanto os machos eram os elementos ativos. A relação sexual era pensada em função de uma polaridade na qual o ativo também era o superior, o sujeito e o dominador enquanto o passivo era o inferior, objeto e subordinado. Segundo Foucault (1984, p. 23) “[...] as mulheres só aparecem a título de objetos ou no máximo como parceiras às quais convém formar, educar e vigiar quando as tem sob seu poder, e das quais, ao contrário, é preciso abster-se quando estão sob o poder de um outro (pai, marido, tutor)”. Como o patriarcado já era inserido no contexto social da época as mulheres só eram incluídas nos assuntos relacionados a casa e deviam obediência a figura masculina dos pais e maridos. Todas as formas de poder e saberes exteriores ao lar eram negados ao sexo feminino (PERROT, 2016, p. 22). Questões relacionadas à ética e moral, estudos biológicos, pensamentos e saberes em geral, eram feitos por homens e para os homens.

Durante a Idade Média e até mesmo séculos depois várias perseguições, torturas e mortes de mulheres foram cometidas pela Santa Inquisição. O *Malleus Maleficarum*, conhecido como Martelo das Bruxas ou Martelo das Feiticeiras, foi um manual elaborado por cristãos para erradicar hereges e toda e qualquer forma de bruxaria. As mulheres, principalmente solteiras e viúvas, eram as principais suspeitas, já que o sexo feminino, diferentemente do masculino, era vinculado as trevas, a maldade e ao próprio demônio. Muitas atrocidades foram feitas com as mulheres em nome da religião (TASCA, 2013, p. 94).

Conforme Bourdieu (2011) explica, as definições dualistas até hoje repercutidas em relação aos órgãos sexuais e sexualidade, são mais uma série de escolhas guiadas já dentro de uma relação de dominação, para acentuar certas diferenças e obscurecer certas semelhanças, do que uma descrição exata, um registro baseado somente em indicações de especificidades naturais. O autor comenta também que as funções biológicas dos sexos na reprodução foram talhadas pelo pensamento androcêntrico e fomentam as divisões de trabalho, culturais e sociais, sendo vistas como uma espécie de ordem natural. Por isso, segundo o mesmo “a força particular da sociodicéia masculina lhe vem do fato de ela acumular e condensar duas operações: ela legitima uma relação de dominação inscrevendo-a em uma natureza biológica que é, por sua vez, uma construção social naturalizada” (BOURDIEU, 2011, p. 33).

Os que discordam do pensamento do autor e insistem na constatação de uma ciência exata na qual determinadas condições biológicas já não foram guiadas por ideais consolidados numa estrutura de exploração/dominação, esquecem, conforme Saffitoti (2004, p. 40) que

nenhuma ciência é neutra, “todas, absolutamente todas, são fruto de um momento histórico, contendo numerosas conjunturas, cuja intervenção, em qualquer campo do conhecimento é cristalina. Não o é, certamente, para qualquer olhar. Só para o olhar crítico”.

Para Beauvoir (1970, p.16) “Legisladores, sacerdotes, filósofos, escritores, e sábios empenharam-se em demonstrar que a condição subordinada da mulher era desejada no céu e proveitosa à terra”. Buscaram em mitos e lendas, nas religiões que criaram, exercer a vontade da dominação. Ainda conforme a autora (1970, p. 16) “[...] buscaram argumentos nas lendas de Eva, de Pandora, puseram a filosofia e a teologia a serviços dos seus desígnios [...]”. O mito fundador cristão enuncia que Eva foi feita a partir de uma costela. Portanto, ela não é um ser autônomo como Adão. (BEAVOUIR, 1970) E é a causadora dos grandes males do mundo devido a sua desobediência e persuasão. Evidentemente esse mito não é o único existente, porém é de grande valia na sociedade ocidental e ainda tem influência sobre as pessoas. Basta observar comentários dos usuários no *facebook* quando uma variedade de notícias sobre violência contra a mulher são divulgadas. Para eles, as mesmas pediram pelas agressões, as provocaram e de qualquer forma são culpadas. Nos casos de estupro, por exemplo, a culpa recai sobre a mulher por usar determinadas roupas, sair em determinado horário ou fazer uso de substâncias recreativas como álcool.

Os pensamentos por trás desses comentários revelam os estereótipos de gênero referentes ao corpo e ao espaço da mulher, pois o primeiro não lhe pertence e o segundo é única e exclusivamente dentro de uma casa. Seu corpo é público, pode ser observado sem o menor pudor, pode ser tocado sem consentimento e molestado se não tiver as atitudes consideradas adequadas para seu gênero, seguir determinadas normas de conduta e vestimenta. Quem trata abusos, agressões e/ou estupros como culpa da vítima, esquece que os mesmos também ocorrem com bebês e crianças que são dilacerados por seus agressores, por vezes, ficando com sequelas graves e/ou chegando a óbito (SAFFIOTI, 2004, p. 64).

Parafrazeando a autora, “As mulheres são treinadas para sentir culpa” (SAFFIOTI, 2004, p. 23). Inúmeras mulheres justificam esse tipo de violência cometida contra outras mulheres defendendo o agressor, ou mesmo, as vítimas se culpam pelos ocorridos em função de todas as estruturas que ditam espaços, comportamentos, pensamentos, vontades e desejos adequados para as mulheres. É uma pena que ninguém ensine os homens que não é adequado se apoderar de um corpo que não é seu, mesmo que seja para fazer um comentário ou uma gracinha.

Diga-se de passagem, que apesar do foco nos costumes e agressões que acontecem principalmente no ocidente é importante frisar que em alguns países do oriente mulheres



passam por essas ou outras situações. Basta lembrar as chinesas com os pés enfaixados, a mutilação genital feminina (principalmente África e Oriente Médio), os estupros coletivos e casamentos forçados na Índia, todas as proibições impostas no Islã. Outras barbaridades que acontecem em todo o globo são o tráfico humano e estupros e torturas que acontecem com mulheres e meninas durante períodos de guerras (TASCA, 2013).

De acordo com Bourdieu (2011, p. 40), determinadas maneiras “[...] de usar o corpo, profundamente associadas à atitude moral e à contenção que convém às mulheres, continuam a lhes ser impostas, como que à sua revelia, mesmo quando deixaram de lhes ser impostas pela roupa [...]”. Mesmo quando a roupa não é apontada como um problema, a vida particular e sexual da mulher pode ser exposta e virar mais uma desculpa e motivo para qualquer atrocidade que tenha acontecido com a mesma.

Outra falácia reforçada é de que homens possuem um incontrolável desejo sexual. Caso isso fosse verdade os estupros ocorreriam no meio de ruas lotadas, em restaurantes, em praça pública aos olhos de todos. Homens e mulheres podem controlar seus instintos, até porque vivemos em uma sociedade com diversas regras e normas de conduta e todos em maior ou menor grau se detém diante delas (SAFFIOTI, 2004, p. 27).

Cabe ressaltar, também, o valor dado a virgindade, a castidade feminina e em mesmo grau a posse dela (BOURDIEU, 2011, p. 31). Parafrazeando Foucault (1984, p. 201) “[...] o Fausto será um exemplo da maneira pela qual a questão do prazer e a do acesso ao conhecimento se encontram ligadas ao tema do amor pela mulher, de sua virgindade, de sua pureza, de sua queda e de seu poder redentor”. Embora a repressão da sexualidade tenha sido moldada de acordos com interesses sociais para ambos os sexos nos diferentes momentos históricos, teve maior efeito sob as mulheres. Afinal, percebe-se que a ordem patriarcal permitiu aos homens poder e domínio sobre patrimônio, somente enquanto tinham certeza que as crianças nascidas eram realmente suas.

### 2.1.1 Cultura de desigualdade

Mitos, crenças e pensamentos que fomentam a cultura e comportamentos em determinados períodos históricos até os dias atuais, atribuem ao masculino, as qualidades voltadas à nobreza, que demandam virilidade e afastamento de qualquer traço e característica considerada feminina. Esse padrão de pensamento é nocivo aos próprios homens que não podem expor os próprios sentimentos e necessidades e se interessarem por tarefas voltadas ao lar, ao passo que devem fazer esforços no sentido de manifestar sua virilidade, com jogos,

comportamentos, entre outros, que demonstrem agressividade, exploração, poder, obstinação, proeza, enfim, conceitos tipicamente ligados ao viril (BOURDIEU, 2011, p. 64).

Como explica Bourdieu (2011, p. 38), “Os princípios antagônicos da identidade masculina e da identidade feminina se inscrevem, assim, sob forma de maneiras permanentes de se servir do corpo, ou de manter a postura, que são como que a realização, ou melhor a naturalização de uma ética”. Podemos refletir sobre os comportamentos que são esperados de ambos os sexos até mesmo nos momentos mais simples e rotineiros, como por exemplo, a forma como devem se sentar ou andar, direcionar o olhar, cumprimentar as pessoas, entre outras características.

Certas noções sobre a sexualidade e o ato sexual são construídas socialmente e vistas sob os prismas de dominação, reforçam a ideia de submissão feminina entre outros preconceitos e são asseguradas e perpetuadas pelas famílias, estado, escola e igreja (algumas religiões). Conforme Saffioti (2004, p. 71), “A desigualdade, longe de ser natural, é posta pela tradição cultural, pelas estruturas de poder, pelos agentes envolvidos na trama de relações sociais”.

As imagens veiculadas por meios de comunicação como desenhos, comerciais com diversas finalidades (produtos de limpeza, beleza, carros, produtos alimentícios, bebidas alcoólicas), novelas, filmes, séries, entre muitos outros, também reafirmam, inúmeras vezes, os papéis esperados de cada gênero. Toda a linguagem visual dos mesmos interage diretamente com quem os avista; afinal, os meios de comunicação também têm um papel relevante na educação das pessoas (BOURDIEU, 2011, p. 72).

Muitas mulheres são desestimuladas desde crianças a realizarem ou se interessarem por atividades consideradas masculinas e vice-versa, aqui especialmente as atividades ligadas ao uso da razão, agressividade, força física e exercício de poder ou liderança (BOURDIEU, 2011, p. 77). Ainda quando crianças são separados pelo uso de cores ditas como femininas ou masculinas. Os brinquedos voltados ao lar e cuidados devem ser manipulados por meninas enquanto os voltados ao perigo, ou exterior são feitos para os meninos.

Algumas brincadeiras como jogar bola ou praticar diferentes tipos de lutas são mais estimuladas entre os meninos, enquanto a prática de danças como balé é quase que exclusivamente femininas. Em relação ao corpo, espera-se que o masculino seja maior e mais forte (dominador), em contrapartida ao feminino mais frágil e pequeno (subordinado). A vestimenta e cosmética também são pensadas em todo um contexto de dominação, tanto que a maioria das propagandas de ambas ainda são em sua maioria voltadas ao público feminino, do

qual se espera que cuide muito mais da estética corporal regida por ideais de beleza extremos (BOURDIEU, 2011, p. 72).

Durante a infância e adolescência meninas são induzidas a pensarem que são mais frágeis ou inaptas para determinadas atividades e aí entra em especial o papel dos pais e professores no incentivo ao desempenho de algumas tarefas e até escolha por determinadas profissões (BOURDIEU, 2011, p. 72).

Essa estrutura social desigual tem ramificações antigas e duradouras em nossa sociedade e são repercutidas e promovidas pelo senso comum que defende ser natural e referente ao próprio gênero. Algumas pessoas acreditam que a culpa dessa condição de submissão é das próprias mulheres. Porém, as mulheres costumam ser conduzidas desde tenra infância a ter determinadas consciências, atitudes e comportamentos, conforme Bourdieu (2011, p. 51)

Se é totalmente ilusório crer que a violência simbólica pode ser vencida apenas com as armas da consciência e da vontade, é porque os efeitos e as condições de sua eficácia estão duramente inscritas no mais íntimo dos corpos sob a forma de predisposições (aptidões, inclinações).

É preciso, portanto, reorganizar toda uma estrutura cultural, educacional, política, econômica e social para que a sociedade se torne mais igualitária. Outro argumento usado variadas vezes é o de que as mulheres em função do gênero são naturalmente submissas, e consentem em serem agredidas ou subordinadas (BOURDIEU, 2011, p. 52). Quando alguém depende emocional ou financeiramente de outro, ou apontam uma arma para sua cabeça, ou não tem a mesma força física ou posição de poder, esse alguém não consente, ele cede. Para que as mulheres consentissem elas deveriam ser agraciadas com o mesmo poder que os homens (MATHIEU, 1985, apud SAFFIOTI, 2004). Vale lembrar toda a luta e quebra de paradigmas que já existiu para que as mulheres tivessem direito ao voto, ou pudessem trabalhar fora de casa por exemplo. Atualmente, são inúmeras as que ainda sentem dificuldades em ingressar em determinados cargos por mais qualificadas que sejam ou mesmo por receber o mesmo salário exercendo as mesmas atividades que outro homem. Muitas também fazem dupla jornada de trabalho já que cuidam praticamente sozinhas dos afazeres domésticos e se tem filhos, o cuidado deles é quase que responsabilidade exclusiva da mãe. Homens ainda são maior número em cargos mais elevados.

### 2.1.2 Virilidade nociva e cultura do estupro

Conforme dados disponibilizados no site da ONU Mulheres Brasil nosso país está em quinto lugar no ranking dos países que mais matam mulheres no mundo em virtude de gênero. Entre os fatores apontados como causa para o feminicídio estão pensamentos e sentimentos de posse sobre a vida da mulher e/ou filhos, de desejo de controle sobre o corpo e vida da mulher: sua autonomia, profissão, renda, experiências sociais, entre outros. Esses pensamentos como já foi demonstrado foram construídos social e culturalmente ao longo da história e, infelizmente, ainda hoje são reproduzidos, dentro de uma estrutura que se autorregula e naturaliza. Conforme notícia publicada no site da ONU Mulheres Brasil ([201?, s/p.]

No Brasil, a taxa de feminicídios é de 4,8 para 100 mil mulheres – a quinta maior no mundo, segundo dados da Organização Mundial da Saúde (OMS). Em 2015, o Mapa da Violência sobre homicídios entre o público feminino revelou que, de 2003 a 2013, o número de assassinatos de mulheres negras cresceu 54%, passando de 1.864 para 2.875.

Pode-se, como um exercício de reflexão, pensar que na Roma antiga o patriarca detinha o poder sobre a vida de sua esposa e prole. Hoje isso não ocorre mais no plano jurídico, porém o fátual revela outro cenário. Fazendo uma breve pesquisa em sites como o da Agência Patrícia Galvão ou Geledés Instituto da Mulher Negra, podemos averiguar vários crimes motivados por sentimentos de posse e poder: homem não aceita a separação e mata esposa e filhos, ou não aceita sua vida profissional e segue gerando constrangimentos até chegar à agressão; companheiro que raspa o cabelo da parceira na frente da filha como uma medida corretiva e filma o feito para depois divulgar nas redes sociais. Para Bouvier (1970, p. 19) “[...] ninguém é mais arrogante em relação às mulheres, mais agressivo ou desdenhoso do que o homem que duvida de sua virilidade”.

Bourdieu (2011, p. 66) explica que algumas formas de coragem masculinas são, na verdade, produtos de covardia e impotência, por exemplo: medo de não ser reconhecido pelo próprio grupo como um ser viril ou de possuir traços ou características ligados ao feminino. Alguns homens podem inclusive participar de atos de violência, abusos e exploração tais como tortura, estupro e assassinatos por vincularem a uma noção de dignidade e coragem, quando em verdade se sentem impotentes ou temerosos. Isso é notável, por exemplo, nos casos de estupro coletivo, que tem tido uma incidência alarmante no país, em média 10 por dia, segundo dados do ministério da saúde de acordo com os casos denunciados,

especialmente contra adolescentes e frequentemente envolvendo os próprios namorados. (BRASIL, 2017, s/p.) Só esse ano várias notícias já foram divulgadas sobre os mesmos, e infelizmente, muitos agressores continuam impunes.

A virilidade, como foi expresso, geralmente tem que ser atestada por outros homens, o que pode explicar, em parte, a incidência dos casos de estupro coletivo. Outros feitos lamentáveis que surgem frequentemente na internet, são aqueles em que os homens divulgam fotos e vídeos íntimos de mulheres para se auto afirmarem através da humilhação e/ou exposição de outrem. De acordo com Saffitoti (2004, p. 84):

O poder apresenta duas faces: a da potência e a da impotência; os homens – sempre vinculados à força – são preparados para o exercício do poder. Convivem mal com a impotência. Acredita-se ser no momento da vivência da impotência que os homens praticam atos violentos, estabelecendo relações deste tipo.

Recentemente no Rio de Janeiro uma adolescente que sofreu um estupro coletivo por mais de 30 homens que ainda humilharam-na nas redes sociais expondo-a, causou grande comoção e expôs o empecilho que representa a convivência da sociedade de um modo geral, com tal ato, ao tentar justificar o estupro nos comportamentos, fotos ou roupa da vítima. Conforme as Diretrizes Nacionais Femicídio (BRASILIA, 2016, p. 42),

Em nenhuma hipótese deve ser admitido que as evidências sobre a personalidade da vítima, sua história de vida ou comportamento reproduzam estereótipos e preconceitos com base no gênero, para julgamento moral das vítimas e sua responsabilização pela violência que sofreu.

Casos de violência contra a mulher continuam impunes e se perpetuam. São reforçados por estereótipos, preconceitos e toda uma cultura de ódio ao diferente e às minorias: Mulheres, negros, homossexuais, travestis e trans gênero, indígenas, pobres, imigrantes, são todos humanos.

## **2.2 Femicídio x políticas públicas no Brasil**

Femicídio é um termo usado para caracterizar assassinatos motivados por gênero. São crimes cruéis marcados por vezes por tortura, incapacidade de defesa, degradação e humilhação. E na grande maioria das vezes o culpado ou os culpados ficam impunes. O poder público em muitos casos não consegue garantir uma justiça efetiva para a vítima, deixando inconformados familiares e amigos (BRASILIA, 2016, p. 19).

Muitos dos casos de feminicídios no Brasil são causados pelos próprios companheiros ou ex-companheiros das vítimas. Conforme Saffioti (2004, p. 92), “Raramente uma mulher, seja criança, adolescente, adulta ou idosa, sofre violência por parte de estranhos. Os agressores são ou amigos ou conhecidos ou, ainda, membros da família”.

Mesmo as leis brasileiras, até meados dos anos 90, favoreciam amplamente os homens e justificavam atrocidades cometidas contra suas esposas. Por exemplo, homens que matavam suas parceiras quando as mesmas pediam a separação, traíam ou terminavam o relacionamento, justificavam ao juiz que tinham feito tal ato para proteger sua honra, como se a mesma dependesse de outrem para existir e se fazer valer. Outro absurdo era a lei conhecida como estatuto da mulher casada, dos anos 60, que determinava que esposas não podiam exercer atividades remuneradas sem o consenso do seu marido, entre outras disposições. (SAFFIOTI, 2004, p. 131)

Corrêa (1981 e 1983, apud BRASILIA, 2016, p. 14) discorre sobre a convivência do judiciário e impunidade dos agressores explicando que inúmeras manifestações feministas ocorreram devido a essa negligência da justiça:

As primeiras denúncias voltaram-se contra a tolerância dos órgãos de justiça e da sociedade com crimes que envolviam casais, nomeados como ‘crimes passionais’ e cujos autores eram absolvidos com base no reconhecimento da ‘legítima defesa da honra’.

Devido a grande incidência de violência contra a mulher, a prevenção precária e pouco eficiente e a dificuldade em aplicar a justiça aos casos ocorridos, o governo brasileiro em parceria com a ONU Mulheres Brasil e o Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos criaram as Diretrizes Nacionais Feminicídio no intuito de

[...] eliminar as discriminações a que as mulheres são alvo pelo machismo, pelo racismo, pelo etnocentrismo, pela lesbofobia e por outras formas de desigualdades que se manifestam desde a maneira como elas vivem, a deflagração de conflitos com base em gênero e os ciclos de violência, que culminam com as mortes violentas.” (ONU - BRASIL, [201?], s/p.)

As diretrizes proclamam um avanço, mesmo que teórico em um país extremamente agressivo e violento com suas mulheres. Com o caos econômico e político, e um ódio e intolerância alavancados por ideais conservadores instaurados, não se pode prever quando as diretrizes irão de fato se fazer valer na prática, já que o próprio termo feminicídio pode ser deposto e mulheres estupradas que engravidam podem ser obrigadas a manter o feto.

### 2.2.1 As diretrizes no Brasil

As Diretrizes Nacionais Feminicídio tratam-se de um documento com cerca de cem páginas também disponibilizado na internet, com o intuito de informar o público sobre o assunto e em especial profissionais que atendem ocorrências de agressões e morte de mulheres. O Brasil foi selecionado, dentre outros países latino americanos, para ser o primeiro em que o Modelo de Protocolo para investigar mortes violentas ocasionadas por razão de gênero vai ser adaptado e incorporado às normas e diretrizes nacionais. É necessário assinalar conforme disposto nas diretrizes que as estruturas de poder desiguais promovem a violência baseada em gênero, e que é dever do Estado prover medidas efetivas em resposta, tais quais o governo brasileiro assumiu em conformidade com responsabilidades nacionais e internacionais (BRASILIA, 2016).

Sendo assim, vale ressaltar que as diretrizes visam capacitar profissionais no sentido de que percebam os estereótipos de gêneros que podem motivar crimes que passam impunes, sucedendo-se dentro do prisma da normalidade, e que por vezes são agravados pelos próprios profissionais que trabalham especialmente na área da segurança pública e judicial entre outros que possam participar de investigações como os da área da saúde (BRASILIA, 2016).

Já nos anos 2000 houve certa mobilização no sentido de reconhecimento e necessidade de formulação de novas leis que relacionassem a quantidade crescente de óbitos femininos com a violência de gênero. Brasil, Argentina, Bolívia, Chile, Colômbia, Costa Rica, El Salvador, Guatemala, Honduras, México, Nicarágua, Panamá, Peru, República Dominicana, Venezuela, e por fim, Equador modificaram ou criaram novas leis para identificar as mortes motivadas por gênero e tirá-las da invisibilidade (BRASILIA, 2016, p. 18). O próprio termo feminicídio passou a ser adotado de forma assídua para sensibilizar toda a sociedade da decorrência e permanência dessas mortes (BRASILIA, 2016, p.14).

Em 2015, a segunda edição especial do Mapa da Violência sobre homicídios de mulheres (WAISELFISZ,2015) apresentou o quantitativo dessas mortes para o intervalo de 1980-2013, quando foram registradas pouco mais de 106 mil mortes violentas de mulheres em todo o país. Em números absolutos, os registros passaram de 1.353 mortes no ano de 1980 para 4.762 em 2013, com um crescimento de 252% em todo o período.

O Brasil conta com uma das legislações mais desenvolvidas do mundo no quesito violência contra a mulher graças a lei nº 11.340/2006, sancionada em 7 de agosto de 2006: A Lei Maria da Penha, que

Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do – 8º do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres e da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a mulher; dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; altera o Código de Processo Penal, o Código Penal e a Lei de Execução Penal; e dá outras providências (BRASÍLIA, 2016, s/p.).

A Lei Maria da Penha, de forma geral, dispõe de vários artigos que tem por objetivo assegurar o direito à vida, como também os direitos necessários para a qualidade de vida de mulheres, fazendo oposição a violência física, sexual, psicológica, patrimonial e moral que podem ser cometidas contra as mulheres. Dispõe ainda sobre o dever do poder público, família e sociedade criar condições para que esses direitos sejam efetivados (BRASILIA, 2006).

Em 1983, a brasileira Maria da Penha, sofreu dupla tentativa de homicídio por seu então companheiro na época. Ele disparou dois tiros contra ela, enquanto a mesma dormia, deixando-a paraplégica e com outros problemas de saúde. Posteriormente o agressor tentou eletrocutá-la no banho. Anos após os crimes, ele continuava solto e impune, mesmo tendo ido a júri por duas vezes. Maria da Penha, em 2001, ganhou uma causa contra o estado brasileiro, pela sua inadimplência ao tratar de violência doméstica. Nessa mesma ocasião a Comissão Interamericana de Direitos Humanos da Organização dos Estados Americanos recomendou que o país deveria acabar com a tolerância estatal em relação a violência contra a mulher (BRASILIA, 2016, p. 49).

Apesar de todos os esforços medidos pela elaboração de leis e diretrizes que devem ser contemplados por municípios, estados e governos federais, ainda existem muitas dificuldades no acesso à justiça. Em relatório lançado em 2013, a CPMI (Comissão Parlamentar Mista de Inquérito sobre Violência contra a Mulher), concluiu que a maior parte dos serviços prestados situam-se nas capitais, e também são insuficientes os recursos disponíveis em relação à quantidade de demanda; existem poucos profissionais qualificados para atender dentro da perspectiva de gênero e esses serviços carecem de um sistema de informação. Constataram também que a impunidade nos casos de violência agravam os efeitos da mesma. Quando os homens saem impunes ou não são devidamente responsabilizados por seus atos, encorajam que novos casos aconteçam e ainda fazem notar que a sociedade e estado é tolerante e aceita ou naturaliza a violência contra a mulher (BRASILIA, 2016, p. 14-15).

Existem vários exemplos da falta de capacitação de profissionais nas quais aqueles que deveriam trabalhar e/ou julgar os casos dentro da perspectiva de gênero, assim como prescrito em lei, protocolo e diretrizes, absolvem os réus prolongando o sofrimento das vítimas diretas



e indiretas e transmitindo a mensagem que a violência contra as mulheres, trans e afins é tolerada, enquanto outra parcela de injustiças são cometidas justamente por aqueles que deveriam trabalhar na defesa dos seus direitos.

Recentemente foi veiculado, por diferentes sites de notícia em redes sociais, o caso de um pai que agrediu com fio elétrico e cortou os cabelos da filha de 13 anos por ter perdido a virgindade com o namorado. O juiz que avaliou o caso absolveu o réu por ter aplicado uma “medida corretiva” (ESPANCAR...,2017, s/p.). Esse é um exemplo claro de violência de gênero perpetuada pelo próprio judiciário, sendo que, o estado deveria, conforme as diretrizes, qualificar seus profissionais de acordo com a perspectiva de gênero para que isso deixasse de ocorrer. Esse não é o único caso em que a justiça tolera violência contra a mulher; a sociedade e o próprio estado garantem em seu silêncio e ineficiência e que as atrocidades continuem ocorrendo, basta lembrar que certo goleiro foi libertado, tirou fotos com seus fãs, mesmo tendo sido sentenciado por ser o mandante do assassinato brutal da ex companheira (PIRES, 2017, s/p.), certo juiz acha de entediante normalidade uma mulher ser esporreada por um assediador em série enquanto dorme dentro de um ônibus a caminho do trabalho (REVISTA FÓRUM, 3 set., 2017).

Basta retomar as diretrizes Artigo 2º, c (BRASILIA, 2016, p .16) para se fazer notar que, “Em conformidade com a Convenção de Belém do Pará, o Estado é considerado como responsável nos casos de violência contra a mulher quer esta seja ‘perpetrada ou tolerada pelo Estado ou seus agentes, onde quer que ocorra’”.

A convenção de Belém do Pará, também conhecida como Convenção Interamericana para Prevenir, Punir, e Erradicar a Violência contra a Mulher, ocorreu no dia 9 de junho de 1994, e entrou para a história como o primeiro tratado internacional de proteção aos direitos humanos das mulheres, admitindo que a problemática da violência é recorrente em toda a sociedade. Ela define o que se entende como violência contra a mulher baseada em gênero tanto na esfera pública como privada e sua total abrangência (BRASILIA, 2016).

Vários documentos nacionais e internacionais já foram pensados e discutidos em função dos direitos das mulheres e o fenômeno da violência de gênero, como, Convenção sobre os direitos Políticos da Mulher (1953), Convenção da Organização Internacional do Trabalho (OIT) n. 100 (1951), n. 103 (1952), n. 111 (1958), I Conferência Internacional Mundial sobre a Mulher (1975), a convenção já citada em Belém do Pará, entre outras (TASCA, 2013).

Conforme dados disponíveis no site do Instituto Patrícia Galvão (201?, s/p.) selecionou destaques do Dossiê Violência Contra as Mulheres realizados pela Flacso (Faculdade Latino Americana de Ciências Sociais), OPAS (Organização Pan-Americana da Saúde), OMS(Organização Mundial da Saúde) e SPM (Secretaria de Política para as Mulheres) em 2015 no qual consta que:

Dos 4.762 assassinatos de mulheres registrados em 2013 no Brasil, 50,3% foram cometidos por familiares, sendo que em 33,2% destes casos, o crime foi praticado pelo parceiro ou ex. Essas quase 5 mil mortes representam 13 homicídios femininos diários em 2013. O Mapa da Violência 2015 revela ainda que, entre 1980 e 2013, 106.093 brasileiras foram vítimas de assassinato. De 2003 a 2013, o número de vítimas do sexo feminino cresceu de 3.937 para 4.762, ou seja, mais de 21% na década.

Este Dossiê é disponibilizado através de *link* dentro da mesma página que explora outros destaques do mesmo, e consiste numa ferramenta de pesquisa online criada pelo próprio instituto com notícias, estatísticas, mapas de violência, pesquisas, com fontes qualificadas voltadas para a questão da violência de gênero. A educação e o conhecimento sem dúvida são as grandes chaves para se pensar em como combater as desigualdades, violência, entre outras problemáticas da sociedade.

### **2.3 O poder alquímico da arte**

Esse item tem o intuito de falar sobre o processo criativo e a importância da arte em ambiente terapêutico, assim como elucidar questões sobre a arteterapia e demonstrar paralelos que já foram feitos em oficinas entre violência contra a mulher, em especial a doméstica e familiar, e o processo arteterapêutico. Fez-se também uma série de ilustrações experimentais que acompanham os escritos. Conforme Hallawell (2006) é de grande importância conhecer as técnicas e os fundamentos do desenho e dominá-los, especialmente para encontrar a melhor solução plástica para representar ideias. O espectador ao ver uma produção é estimulado visualmente a sentir e refletir. E um dos grandes prazeres em desenhar é utilizar a criatividade para encontrar soluções plásticas para a transmissão de ideias. O autor ainda aconselha a todos que queiram desenhar a pensar sobre o mundo e especialmente sobre si mesmos, ou seja, avaliar o que gosta, o que o indigna, enfim, aqueles assuntos recorrentes que sempre suscitam grande interesse.

Este estudo e a sua produção plástica são resultados dessa pesquisa externa e interna que ocorreram ao longo da faculdade, em relação às linguagens visuais, técnicas e aos materiais preferidos, como também ao poder de transformação da arte, e, é claro, a constatação de pensamentos e sentimentos de inquietação ocasionados por aquilo que pode ser observado no cotidiano. Essa série de desenhos como as ilustrações nos livros, se propõe a complementar e/ou representar tanto o que está escrito, quanto o que foi estudado e que talvez não esteja contemplado por palavras.

### 2.3.1 Arte & Transformação

Desenho 1 – Vista as máscaras que lhe convém.



Fonte: Albani, 2017.

Em uma oficina de arteterapia que pude presenciar há alguns anos em um hospital psiquiátrico com dependentes químicos aprendi sobre os papéis sociais que as pessoas cumprem, os quais por vezes, não querem mais assumir ou gostariam de reciclar. Lembro que, “[...] as máscaras sociais são aprendidas desde cedo e estão em conformidade com as ocupações profissionais, filiais, estudantil ou de posição social simplesmente” (URRUTIGARAY apud ORMEZZANO et. all, 2013, p. 56). Fazendo analogia com a perspectiva de gênero, muitas mulheres são incentivadas desde crianças a assumirem

determinados papéis, escolherem certas profissões ou assumirem determinados comportamentos de acordo com os estereótipos de gênero que nem sempre viriam de uma necessidade ou mesmo de um querer próprio, sendo induzidas pela família, escola ou sociedade. (BOURDIEU, 2011) Esse desenho pretende engendrar os pensamentos: as máscaras sociais assumidas estão sempre em conformidade com as verdades próprias? E até que ponto vale a pena se enquadrar em moldes pré estabelecidos?

O papel feminino nas mais variadas esferas demandou vários questionamentos no século XX, e no campo artístico não foi diferente, aliás, até hoje as aptidões do gênero para determinadas áreas do conhecimento suscita debates. Em relação a arte é importante se ter em mente quais foram as renovações e mudanças ocorridas que reverberaram entre o movimento feminista e artistas. E é por isso que se faz necessário mencionar Marcel Duchamp.

Em 1917, Duchamp provocou verdadeiro alvoroço no mundo da arte instigando a reflexão sobre a obra de arte, mais precisamente, o que dava a ela o *status* de obra de arte em meio a tantos outros objetos. Seu questionamento é retomado pelos artistas em particular nos anos 60 devido ao consumo cada vez mais excessivo em nossa sociedade. Por exemplo, pode-se construir um objeto de arte a partir de imagens e objetos de consumo cotidiano, porém eles não perdem totalmente sua identificação com o local de onde foram tirados e ao mesmo tempo a possibilidade de construir arte com objetos cotidianos abre um grande leque de possibilidades quanto as técnicas, os suportes, os materiais (ARCHER, 2001, p. 4).

Muitas das noções do que poderia vir a ser arte e questões referentes às técnicas, materiais, suportes entre muitos outros se transformaram no século passado. As pessoas passaram a ter mais acesso a variados meios de comunicação, a mídias de manipulação digital, como também câmeras fotográficas e de vídeo. O tridimensional entrou em cena graças ao uso de técnicas e suportes variados que resultavam em obras que tinham um caráter pictórico e escultórico em sua composição (ARCHER, 2001). Foram criadas produções artísticas com as quais o público poderia interagir, tocar, manusear e modificar como a série Os Bichos da artista plástica mineira Lygia Clark. Os muros das ruas em especial de grandes capitais passaram a ser um museu a céu aberto, um lugar que abriga a arte de grafiteiros, com livre acesso, sujeito as mais variadas transformações e é visível à população de toda a cidade e seus possíveis visitantes.

Diversos movimentos artísticos ocorriam no mundo, tirando a hegemonia Europeia de cena e instauravam vários questionamentos sobre a arte, museus, galerias e curadores, seu mercado e sua aquisição, o fazer artístico, o lugar do produto final, o processo artístico,

relação objeto/obra de arte com o observador. A arte exigia mais do observador, não era mais somente um prazer visual (ARCHER, 2001).

As possibilidades de reprodução em série de arte e sua fácil aquisição geraram vários temores em relação a sua banalização, em especial nos anos 60 e 70. Conforme Palhares (2016) Benjamim abordou essas questões percebendo que de certa forma a reprodutibilidade tornava a arte mais democrática por facilitar seu acesso, porém também abolia com sua “aura”, ou seja, com o impacto em absoluto que ela poderia provocar.

Muitos artistas passaram a estudar posições ideológicas e políticas e questionar o papel de sua arte, de suas ideias em um mundo onde tudo se compra e se tem preço. Esse posicionamento artístico de pensar a história da arte e a arte também reverberou entre feministas, como já mencionado. Afinal, até então o papel feminino na arte não era notado. Galerias, museus e espaços expositivos tinham uma maioria esmagadora de homens inscritos, até mesmo as exposições em homenagem a artistas mulheres tinham um número quase inexistente delas. Não se falava em mulheres na história da arte, daí a necessidade de se escrever uma crítica feminista que pudesse revelar os preconceitos e limitações da área (ARCHER, 2001, p. 125).

Ainda conforme o autor “A linguagem da história e da crítica da arte nem sequer reconhecia as mulheres para que pudesse negá-las. Em vez disso, ela presumia que as mulheres simplesmente não precisavam ser consideradas” (ARCHER, 2001, p. 125). O movimento feminista com sua crítica ao patriarcado demonstrou que as características polarizadas entre os sexos que serviam como desculpas para a exclusão de mulheres no mundo das artes eram uma construção cultural não natural.

O século passado sem dúvida foi de grande importância em relação as reflexões demandadas no mundo da arte e do mundo contemporâneo, e também para dar voz para aquelas minorias que pareciam antes não existir. Uma grande característica da arte é esse poder de fazer pensar e refletir a cerca de si, do mundo, não apenas com um objeto ou obra acabado, mas ao instigar o olhar do observador, ao provocar suas sensações, ao investigar seus significados (ARCHER, 2001, p. 237).

O fazer artístico está estreitamente vinculado a criatividade, que por sua vez tem importância vital na vida de toda e qualquer pessoa independente da área do conhecimento ou situação específica. A partir de agora serão expostas algumas informações acerca da criatividade no processo artístico de grande relevância para a arte em contexto terapêutico.

### 2.3.2 Criatividade e a relevância da arte em ambiente terapêutico

Primeiramente é relevante refletir sobre os escritos de Fayga Ostrower, artista plástica naturalizada brasileira, que discorre amplamente sobre criatividade. Ela observou que povos inseridos em contextos e culturas diferentes em tempos remotos, eram capazes de estabelecer certas ligações entre os fenômenos que aconteciam a sua volta e também em seu interior, por vezes, a fim de encontrar novos significados. E ainda o são. Essas relações que atualmente ainda se estabelecem se dão através de sua percepção tanto de forma consciente quanto inconsciente. Interação com o mundo e o compreendem de acordo com seus próprios referenciais. Conforme a autora “Nessa busca de ordenações e de significados reside a profunda motivação humana de criar” (OSTROWER, 2014, p. 9).

Em maior ou menor grau, todas as pessoas têm potencial criativo e o usam de diversas formas para resolver conflitos e problemas corriqueiros, assim como, ressignificar ou compreender experiências. E, dando forma durante o ato criativo, possibilita-se o crescimento pessoal. Muitas vezes as pessoas possuem motivações interiores conscientes e inconscientes que mobilizam-nas no sentido de imaginar e criar soluções para casos hipotéticos estabelecidos (OSTROWER, 2014, p. 10).

O ato criativo está vinculado a consciência, a sensibilidade e a cultura em que as pessoas estão inseridas (OSTROWER, 2014, p. 11). Conforme a autora a sensibilidade, diferente do que muitos pensam, não é exclusiva de algumas pessoas, profissões ou áreas. Ela é um potencial de todo ser humano, que pode se manifestar de formas diferentes, em instâncias diversas. É um diálogo que temos com o mundo a nossa volta através das sensações. Grande parte dessas sensações, no entanto, são inconscientes. Quando articuladas, essas sensações chegam ao nosso consciente na forma de percepção. O ser consciente está profundamente ligado ao ser cultural, aliás, tanto o ser sensível quanto o consciente estão associados ao acultramento dos sujeitos. Escolhas, comportamentos, atitudes, modos de perceber, interpretar e relacionar estão vinculados às regras, valores, tradições, ideias do contexto social. As pessoas percebem e pensam a si mesmas e ao entorno que as cercam através das lentes apreendidas na cultura em que vivem (OSTROWER, 2014).

O mundo imaginativo é composto por diversos sentimentos, emoções e pensamentos que guiam o fazer; afinal as pessoas possuem seus desejos, medos, ambições, entre tantos outros. Conforme Ostrower (2004, p. 20), “[...] é fácil saber que as prioridades interiores influem em nosso fazer e naquilo que ‘queremos’ criar”. E é aqui que reside a capacidade de criar símbolos e comunicar algo através deles. Embora muitos pensem que só se comunicam

com palavras, o corpo também expressa certos pensamentos por vezes em conformidade com a fala, em outras, em contraste dissonante. Ele pode demonstrar pensamentos não proferidos ou até inconscientes. As imagens criadas sejam elas desenhos, pinturas, fotografias, recortes, entre outras linguagens, são repletas de símbolos, cores e formas que carregam seu próprio significado e interagem com o sujeito. Assim como o corpo e a fala, elas comunicam conteúdos conscientes e inconsciente que provocam tensão psíquica e fomentam a ato criativo (JUNG, 1995).

Através de ordenações conferidas durante o fazer e o criar, comunicam-se as tensões psíquicas que promovem a ação. Porém, o ato criativo não se trata de um esvaziamento dessa tensão; apesar do mesmo possibilitar descarga emocional, ele também provoca grande satisfação no que concerne a produtividade, ao fazer algo que reestruture, que não substitui a realidade, mas a vivência de forma diferente (OSTROWER, 2014, p. 28)

A criatividade exerce um papel fundamental na saúde física e mental das pessoas. O criar não é elemento único das artes visuais, é um fazer demandado em outras áreas do conhecimento e, além de propiciar satisfação e prazer, incentiva a interação com o mundo (OSTROWER, 2004). Esse diálogo entre indivíduo e ambiente é demonstrado muitas vezes através de representações, como no caso da arte, revelando aspectos relacionados ao contexto, cultura e é claro, ao próprio autor.

### *2.3.2.1 Terapia pela arte*

O psiquiatra suíço Carl Gustav Jung, passou por um período de convulsão mental, no qual utilizou a arte para criar um diálogo com seu inconsciente. Ele introduziu, então, a arte no espaço terapêutico para que seus pacientes utilizassem diferentes linguagens expressivas como desenho, pintura, escultura, entre outros, juntamente aos mitos e religiões para facilitar a comunicação de sonhos, pensamentos e situações conflituosas de uma forma geral. Considerava relevante a produção dessas imagens por conterem conteúdos do inconsciente individual e coletivo (TOMMASI, 2007).

Através da criação de símbolos as pessoas podem confrontar e se conscientizar de pensamentos e emoções por vezes inconscientes e que tem grande influência em seu cotidiano. Jung (1995) explica que os símbolos ocorrem em diferentes tipos de manifestação psíquica e possuem importância psicológica. Conforme Philippinni (2004, p. 17)

Desde tempos imemoriais, as manifestações artísticas são o documentário psíquico da coletividade e, simultaneamente, as representações da singularidade dos indivíduos. Já no século V a.C. existem registros da arte sendo usada na Grécia como um recurso terapêutico para a promoção, manutenção e recuperação da saúde. Desde aquela época, a arte era considerada como reveladora, transformadora e colaboradora na construção de seres mais criativos e saudáveis.

Aqui no Brasil, Osório César e Nise da Silveira tiveram grande importância no movimento da reforma psiquiátrica e também utilizaram a arte como um recurso terapêutico para seus pacientes. O trabalho de Nise da Silveira no chamado Hospital Psiquiátrico Pedro II, no Rio de Janeiro, foi considerado pioneiro e obteve grande reconhecimento. Nise comenta o fato de, no início da década de 50, serem numerosas as incidências de reinternações nos hospitais psiquiátricos. Ela explica que as técnicas utilizadas por muitos psiquiatras em diferentes instituições como eletrochoque, choque hipoglicêmico, lobotomia e suas derivadas como leucotomia e quimioterapia (psicofármacos) eram tratamentos agressivos aos quais submetiam as pessoas, e que era necessário uma mudança, no sentido de abolir esses métodos e tratar esses pacientes como humanos, como pessoas que tem direito de serem respeitadas. (SILVEIRA, 2001).

Havia várias oficinas ocupacionais e terapêuticas comandadas por Nise, entre elas a de arteterapia que, no entanto ainda não era conhecida por tal nomenclatura. A psiquiatra visava uma melhor preparação dos profissionais da saúde para tratamento e monitoramento dos pacientes e criou até mesmo um museu de produções visuais para incentivar a pesquisa conhecido hoje como Museu do Inconsciente (URRUTIGARAY, 2005).

Nise percebeu que uma série de produções e sonhos de uma mesma pessoa quando colocadas lado a lado possuíam um fluxo contínuo, uma repetição de motivos, diminuía a carga emocional e facilitavam a afeição e o convívio social, assim como a reinserção dos seus pacientes na sociedade. Conforme Valladares (2004, p. 116), “Essas experiências ajudaram na comprovação da eficácia das artes no mundo da psiquiatria”.

Com o decorrer do tempo a arte passou por inúmeras transformações, tendo se desenvolvido desde a Idade da Pedra até os tempos atuais. Porém, não deixou de ser imprescindível às pessoas, além de possuir papel vital na mediação entre o indivíduo e o mundo e entre o indivíduo e ele mesmo (processos conscientes e inconscientes).



### 2.3.3 Histórico & aprendizados

Desenho2 – Veja flores em você.



Fonte: Albani, 2017.

O pensamento por trás dessa ilustração refere-se em especial a autoestima que, conforme os relatos observados nos artigos que serão expostos no decorrer dos itens sobre arteterapia, é uma característica em baixa nas mulheres vítimas de violência. Toda pessoa possui dentro do que se é sabido, qualidades e defeitos, a imperfeição é o que nos torna essencialmente humanos. Cultivar o amor próprio nem sempre é uma tarefa fácil; por vezes, requer esforço diário. Apesar das dificuldades e experiências ruins, as mulheres podem retomar aos poucos a estima própria através do trabalho com arteterapia.

A década de 60 foi de suma importância para o desenvolvimento da área, conforme as autoras Ciornai e Diniz (2009, p. 3),

[...] a Arteterapia, como campo de conhecimento e atuação, só começou a definir-se a partir da década de 60, quando Hanna Yaxa Kwiatkowska, que havia vivido no Brasil por alguns anos como refugiada após a segunda guerra, retorna ao Brasil, já com formação em Arteterapia, para dar cursos intensivos no Rio e em São Paulo – que foram na realidade os primeiros cursos de Arteterapia propriamente ditos dados no Brasil.

Várias mulheres foram importantes para a implementação da arteterapia aqui no Brasil que é uma área em expansão, já que ainda não é devidamente reconhecida. Destaca-se o trabalho de algumas psicólogas que instigaram cursos, grupos de estudos e experimentos clínicos com arteterapia, especialmente nas décadas de 70 e 80, dando segmento ao que já tinha sido iniciado por vezes em forma de terapia ocupacional anos antes. Na década de 90 houve os primeiros congressos sobre Arteterapia em São Paulo e no Rio de Janeiro e uma expansão do campo em território nacional. Ciornai e Diniz (2009, p. 4) comentam que: “Associações regionais de Arteterapia foram surgindo lentamente em vários estados brasileiros (Rio de Janeiro, Minas Gerais, São Paulo etc), estabelecendo critérios de qualidade, e reunindo arteterapeutas na luta pela regulamentação da profissão”.

Pode-se definir a arteterapia como um processo terapêutico que se utiliza da arte e suas variadas técnicas e linguagens expressivas com o intuito de facilitar o processo criativo e de autoconhecimento, o aprendizado social, satisfação pessoal, a comunicação de conteúdos inconscientes e conscientes por outros meios além do verbal, entre outras características importantes para o desenvolvimento humano.

Em ambiente arteterapêutico não se visa a habilidade técnica ou o apelo estético e sim a livre expressão e criação de formas e símbolos dentro das propostas plásticas sugeridas. Conforme discorre Diniz (2015, p. 18) “Utilizando-se da Arte, a Arteterapia, promove o aparecimento e a conscientização da criatividade, que funciona tal qual o florescimento do Ser, a partir de suas próprias demandas e movimentando suas próprias forças”.

Para Urrutigaray (2008, p. 38) o processo arteterapêutico capacita à reconstrução e integração da personalidade, o que é de suma importância para que as pessoas ressignifiquem experiências, sentimentos, emoções e pensamentos que causam angústias e desconforto, promovendo o bem estar. Pontua também que outro campo de atuação da arteterapia é o educacional, pois promove o aprendizado, a troca de informações, socialização e debate de ideias. As oficinas podem acontecer tanto individual quanto coletivamente. Porém é importante salientar que o trabalho em grupo capacita o contato social da forma que o atendimento individual evidentemente, não se propõe a fazer.

O processo de autoconhecimento conseqüentemente também é capacitado já que como salienta Diniz (2015, p. 22) “Nascemos e nos desenvolvemos para alcançar a totalidade possível de nós mesmos, esse processo é chamado Individuação: uma caminhada para frente, em relação com o outro, com o todo, em um confronto fora dos limites do ego”.

Nas oficinas, ateliers, *workshops*, entre outros, de arteterapia são oferecidas aos participantes os materiais mais indicados e necessários para que os símbolos sejam criados. A

criação possibilita a resolução de conflitos, assim como sua eventual reestruturação e o desenvolvimento da personalidade (DINIZ, 2015).

Conforme os escritos dos profissionais que atuam como arteterapeutas as pessoas são convidadas a produzirem imagens de acordo com a proposta e linguagem plástica escolhida pelo arteterapeuta. A criação de formas, estruturas e imagens promovem satisfação e prazer, e capacitam a autoestima na medida em que se percebe o sair de um contexto de ócio para o de produtividade e da capacidade de elaborar uma imagem, formar algo novo. Essas imagens precisam ser observadas em conjunto para que possam evidenciar repetições, tensões e eventuais resoluções de conflitos, e é de suma importância que o autor fale sobre cada imagem em particular dessa série de produções.

São várias as linguagens expressivas que podem ser utilizadas no ateliê de arteterapia, dentre elas, destacam-se algumas: o desenho que pode ser feito com materiais diversos desde lápis, até giz de cera, entre outros, e tem uma especial função ordenadora. Ele desenvolve a concentração, atenção, memória e precisão. A pintura trabalha especialmente com as emoções, os sentimentos, a fluidez, o relaxar de defesas e controles. Pode ser feita com suportes e materiais diversos também. A colagem facilita a tomada de exercício terapêutico, quando as pessoas ainda se sentem inseguras ao pensar em desenho ou pintura. Por trabalhar com recortes diversos, ela facilita a superação da insegurança e propõe uma atividade onde os simbolismos se encontram nas estruturas criadas e como são organizadas no suporte. A gravura permite a reprodução em série de uma mesma imagem e pode ser feita a partir de materiais alternativos como o isopor, entre muitos outros, como madeira e pedra, por exemplo. E, por fim, a escultura, que possibilita grande liberação de carga emocional, especialmente agressividade (VALLADARES, 2004, p. 110-112).

Já se sabe que as pessoas não se expressam única e exclusivamente por palavras. As imagens produzidas, a argila esculpida, o corpo em movimento também falam. Por isso, o papel do arteterapeuta é essencial; é ele quem observa cada um desses elementos e conclui as demandas que cada cliente em específico necessita. Os processos criativos e artísticos podem servir em ambiente terapêutico como uma válvula de escape, um catalisador que promove autorealização e qualidade de vida. Além disso, quando as atividades são elaboradas em grupo, pode-se observar que o aprendizado social, a comunicação, a tolerância, a compreensão são capacitados. Enfim, os relacionamentos pessoais, de uma forma geral, tornam-se mais afetuosos, confiantes e desinibidos (SEI, 2006).

Conforme explica Von Franz (2008, p. 38),

As poderosas forças do inconsciente manifestam-se não apenas no material clínico mas também no mitológico, no religioso, no artístico e em todas as outras atividades culturais através das quais o homem se expressa. Obviamente, se todos os homens receberam um herança comum de padrões de comportamento emocional e intelectual (a que Jung chamava arquétipos), é natural que os seus produtos (fantasias simbólicas, pensamentos ou ações) apareçam em praticamente todos os campos da atividade humana.

É de suma importância salientar que qualquer pessoa pode se beneficiar do trabalho com arteterapia independente de sexo ou idade, assim como pessoa que não estejam passando necessariamente por algum tipo de sofrimento psíquico. Qualquer pessoa que busque exercitar a criatividade, livre expressão de sentimentos e emoções, se autoconhecer e melhorar sua qualidade de vida pode se beneficiar de oficinas de arteterapia.

### 2.3.3.1 Arteterapia & Violência

Desenho 3 – Eu não pedi por isso.



Fonte: Albani, 2017.

No decorrer desse estudo já foi abordado a crença de que mulheres vítimas de abusos e estupros são culpadas pelas agressões por estarem vestidas com determinadas roupas, sob efeito de álcool ou por estar fora de casa durante o final do dia ou noite e frequentar certos lugares (SOARES; ACABAYA, 2016, s/p.). O intuito desse desenho é fazer uma crítica a esse tipo de concepção. Mulheres nessas condições e em outras aqui não citadas não pedem para ter seu corpo e liberdade individual violados. O agressor ou agressores, ferem a dignidade e direitos básicos de todo e qualquer ser humano. É lamentável pensar que muitos homens só sentem empatia por mulheres nessas condições quando argumentam que poderia ser sua filha, irmã ou mãe. Ninguém pede para ser agredido, violado ou morto. Assim como não pedem para serem expostas e humilhadas. Depoimentos presentes em sites de notícias onde mulheres foram descartadas como objetos em matas ou florestas, permearam a solução plástica em vista da reflexão.

As formas presentes no desenho consistem em cinco árvores com galhos secos espalhadas na direita e esquerda da folha de modo a emoldurar uma face feminina que contém hematomas e um corpo nu e machucado. Na metade inferior da folha, próximo ao centro, encontra-se uma colagem com a seguinte frase: Eu não pedi por isso. Os materiais utilizados foram folha Canson gramatura de 240g com textura, lápis de cor, giz pastel seco e nanquim. A cor azul foi escolhida por apresentar propriedades calmantes e evocarem o pensamento, imaginário e o uso da razão (URRUTIGARAY, 2008, p. 128).

Conferindo a literatura sobre a temática arteterapia e violência de gênero é possível relacionar artigos de diferentes autoras que visam sobre a terapia com arte para mulheres que sofreram violência familiar e doméstica. Na década de 70 a violência doméstica foi reconhecida como um grave problema social e global pelas Nações Unidas (COSTA, 2005 in FERNANDES, 2015, p. 10).

A violência doméstica e familiar inclui todas as práticas e omissões que geram sofrimentos físico, psicológico, social, sexual e financeiro de forma direta ou indireta para sujeitos presentes na casa, no segundo caso sujeitos da mesma família que não necessariamente convivam no mesmo ambiente, com menor poder no sistema hierárquico ou maior vulnerabilidade. As mulheres que sofrem violência, além de apresentarem sintomas físicos, podem passar a apresentar também sintomas mentais como depressão em função dos maus tratos, baixa autoestima, insegurança, entre outros. Elas, por vezes, se encontram em estado de profundo sofrimento, podendo ingerir drogas de forma abusiva como uma fuga da própria realidade ou optar pelo isolamento acatando a ideia do suicídio devido a dor emocional intensa (FERNANDES, 2015, p. 10).

De acordo com Fernandes (2015, p. 10) “A violência exercida contra a mulher encerra a parte emocional da mulher e bloqueia a sua postura com o mundo e consigo própria”. E como muitas mulheres apresentam dificuldades em verbalizar os abusos sofridos e exteriorizar pensamentos, sentimentos e emoções ligados a essas experiências, a arte pode ser um interessante catalisador.

Como se tem discutido sobre a violência e a necessidade de se amparar essas mulheres jurídica, psicológica e socialmente, a arteterapia pode auxiliá-las a trabalhar os sintomas que causam sofrimento e se preparar para as novas vivências que terão no mundo. Como discorre Fernandez (2015, p.11), “Tratando-se de uma terapia que visa trabalhar na área das emoções com o propósito de colmatar a dor e o trauma, a tristeza, a depressão e todo o sentimento que impeça a mulher de evoluir e de viver o seu papel”.

Conforme as investigações de Fernandez (2015, p. 15) a falta de aplicação da arteterapia em Portugal “está relacionada com a falta de credulidade, com as dificuldades profissionais, com a falta de informações/conhecimentos e a falta de reconhecimento de terapia pela arte”. Podemos pensar que boa parte das vezes o mesmo vale para o Brasil. Em relação aos benefícios investigados na prestação do auxílio para esse público quando ela ocorre, foi pontuada a melhora na autoestima e valorização própria, a capacitação na criação de novas vivências, e ajuda na socialização e convívio dessas mulheres com o mundo exterior (2015, p. 16).

Também é importante se pensar naqueles casos em que as mulheres naturalizam as agressões e abusos como algo relacionado ao papel que o gênero tem que cumprir e sensibilizar essas pessoas em relação a violência que sofrem, além de oferecer orientações e informações diversas sobre a situação.

Sbeghen (2013, p. 170 -175) que atua na Casa da Mulher em Passo Fundo, através do projeto Projur Mulher da Universidade de Passo Fundo, relata que nos casos onde os agressores são companheiros nota-se a dificuldade das mulheres em romper os ciclos de abusos e buscarem uma nova realidade. Consoante com outros relatos ela comenta que geralmente essas mulheres sofrem de baixa autoestima e falta de confiança, e permanecem ao lado desses homens por diversas razões que podem vão desde a dependência financeira, ao cuidado e guarda dos filhos, manipulações psicológicas e medo de retaliação dos agressores; Algumas mulheres sentem também que são capazes de mudar esses parceiros que podem se mostrar diferentes e evitar lapsos de violência por algum período.

Conforme os apontamentos da autora é importante abordar a questão da violência em ambiente terapêutico para o fortalecimento da autoestima, do autoconhecimento, da saúde, da

reflexão a cerca de si, dos familiares e do meio que vivem essas mulheres. Os trabalhos ofertados na casa auxiliam na expressão de conteúdos, na construção da identidade e autoimagem e oportunizam transformações nos pensamentos.

Para Corbett e Sei (2006, p. 30) ministraram oficinas de arteterapia com emprego da dança do ventre para mulheres que sofreram violência familiar numa instituição que oferece vários atendimentos, e observaram que as participantes passam a estar mais vinculadas ao local, podendo conceber seu envolvimento, se houver, no fenômeno da violência, e passam a se perceber de forma mais consciente. Sbeghen (2013) relatou experiências similares e notou também que o tempo que as mulheres ficam na casa de apoio torna-se mais produtivo e menos doloroso. Corbett e Sei (2006, p. 30) observam que esse público carece de profissionais bem preparados, pois já passou por situações invasivas nas quais foi violado no seio familiar, e precisa se sentir confiante e seguro para viver novas experiências com a criatividade e arteterapia tendo sua individualidade respeitada. Fussi (2012, p. 24) que auxiliou mulheres vítimas de violência com histórias de vida sofrida, comenta que a arteterapia “ajuda a organizar meios de falar das dores, do que ainda corta a respiração”.

Paraboni (2012) buscou, através do arquétipo feminino selvagem, auxiliar as mulheres a reencontrarem segurança, autoconfiança e felicidade em si mesmas. Observou os casos de violência que ocorrem contra a mulher e as queixas de suas clientes em relação aos seus relacionamentos afetivos e sexuais. Tendo em vista esse contexto, desenvolveu oficinas de arteterapia baseadas nos contos do livro *Mulheres que correm com os lobos*. Comenta que

[...] as mulheres vão se dando conta de que muitas histórias já se passaram e de que muitos ensinamentos já se perderam: as deusas deixaram de existir, as bruxas foram perseguidas, das famosas “curandeiras” não se houve mais falar, e as contadoras de histórias também desapareceram, saberes que foram apagados, e que hoje precisamos recordar e reviver (PARABONI, 2012, p. 27).

No livro, a autora Clarissa Pinkola Estés faz uma analogia entre as mulheres e os lobos em função de certas características que ambos tem em comum e que foram demonizadas ou atacadas e reprimidas nas mulheres. No entanto, são ideais para sua saúde física e mental assim como autorealização e felicidade. Através dos contos, Paraboni (2012, p. 26-27) observou suas clientes trazendo suas histórias pessoais e fazendo analogias com os contos trabalhados, revivendo variadas ambições que tinham e resgatando a própria mulher selvagem.

Desenho 4 – Mulheres que correm com os lobos.



Fonte: Albani, 2017

A partir disso, a solução plástica desenvolvida parte da forma da mulher no chão da floresta do primeiro desenho passando por uma transformação indicada pela presença de cinco borboletas. A borboleta conforme (CHEVALIER E GHEERBRANT, 2002) agrega como um dos seus simbolismos a metamorfose. O número cinco ainda conforme os autores representa o equilíbrio. Acima da mulher encontra-se unindo a ela através de seus cabelos (ligado a vitalidade) um lobo quase que fantasmagórico representando o arquétipo da mulher selvagem.

Tendo em vista os relatos desses escritos, pode-se concluir que é possível ministrar oficinas de arteterapia para mulheres vítimas de violência que promovam saúde e bem estar às mesmas, no entanto é importante não violar seu tempo, espaço e liberdade no processo terapêutico, já que as mesmas já tiveram seus direitos individuais básicos feridos.



#### 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As políticas públicas brasileiras desde a década passada têm buscado realizar melhorias ao prestar atendimentos para mulheres vítimas de violência de gênero, com meios jurídicos, psiquiátricos e psicológicos mais eficazes que possibilitem proteção, reparação e justiça, assim como recuperação das pessoas que passam por sofrimentos ocasionados pela violência. É importante enfatizar que conforme os relatos das autoras a arteterapia pode ajudar essas mulheres de inúmeras formas, como na retomada da autoconfiança e autoestima, socialização, exercitar sua criatividade e exercer sua independência e afetividade, além de reaver ou pensar em novos planos para futuro.

Muitas mulheres se submetem a situações de violência por serem dependentes emocional ou financeiramente dos agressores. Ou pensam que suportar agressões físicas, morais ou psicológicas sejam o destino fatídico do gênero. As oficinas podem servir para essas pessoas reavaliarem seus pensamentos, refletirem sobre o mundo e suas vivências e encerrarem ciclos de violência.

Vale frisar o quão importante é a Lei Maria da Penha e a implementação das Diretrizes Nacionais Feminicídio. Porém, infelizmente, o que se pode observar é que muitos avanços só existem no papel, especialmente em relação a implementação das diretrizes. Depois que a presidente legítima foi deposta a execução das diretrizes padece em retrocesso, já que o grupo de homens responsáveis pela criação de leis pretendem colocar o termo feminicídio no esquecimento, e até mesmo proibir o aborto em caso de estupro ou eventuais problemas na gravidez. O termo feminicídio trata de um fenômeno que acontece em nossa sociedade e tem por único objetivo tirá-lo da obscuridade para assegurar que sua ocorrência diminua. Nos últimos anos as mortes violentas de mulheres, em especial, negras e indígenas, pelos seus companheiros, familiares, conhecidos e desconhecidos baseadas em gênero só têm aumentado.

Já existem leis que defendem os direitos das mulheres, mas existe ainda muita injustiça ocorrendo. Como já foi explicado, esses quadros de violência com números alarmantes são a prova de que se na prática essas leis não servirem para proteger, prevenir, garantir os direitos das mulheres incluindo a perspectiva de gênero, essas agressões, abusos e até mesmo assassinatos vão continuar ocorrendo de forma assídua pela certeza da impunidade.

Quanto a intervenções arteterapêuticas para mulheres vítimas de violência de gênero, conforme Philippini (2004, p. 88), “A redução das desigualdades e a construção de uma

sociedade mais justa têm sido apresentadas como objetivo das políticas públicas na maior parte dos Estados Contemporâneos” sendo assim, a arteterapia pode auxiliar nesses propósitos se tiver o devido reconhecimento e adentrar os espaços de atendimento.

A execução das ilustrações abordando a temática tiveram cunho experimental e o objetivo de chamar a atenção para a problemática da violência e o quanto ela é tolerada e justificada no meio social e também para o papel alquímico que a arte possui, ou seja, de transmutar conteúdos, pensamentos, posicionamentos, dores e afetos. E também, foram feitas no intuito de serem expostas futuramente junto de trechos da pesquisa em espaços e datas temáticas no intuito de fazer a arte e o estudo desenvolvido sair do espaço universitário, embrenhar-se na comunidade e gerar reflexões sobre a violência contra a mulher.

Gostaria, e muito, de concluir este estudo de forma mais esperançosa, porém não seria totalmente sincera se fizesse isso. Acho que vivemos tempos obscuros, e só posso desejar que não piorem. O que ainda motiva é perceber que tem gente lutando a sua forma para promover melhorias. A arteterapia inclusive me deixou em contato com essas pessoas, que tentam fazer uma realidade diferente e melhor. A arte permitiu que eu conhecesse pessoas que observam a sua volta com um olhar diferente, questionador, e que também querem abraçar o mundo de mil formas, com várias tonalidades de cores. Só posso lembrar de uma frase que minha vó, com sua sabedoria e experiência de 95 anos, profere e seguir: Gesica não podemos nos entregar para os homens, ou seja, não devemos deixar de tentar uma sociedade mais justa e lutar por nossos direitos.

## REFERÊNCIAS

ABUSO em ônibus de SP foi estupro e abusador continuará preso, diz juiz. *Revista Fórum*, S.1. 03 set 2017. Disponível em: <<https://www.revistaforum.com.br/2017/09/03/abuso-em-onibus-de-sp-foi-estupro-e-abusador-continuara-presos-diz-juiz/>>. Acesso em: 17 out 2017.

ARCHEL, Michel. *Arte contemporânea: uma história concisa*. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

BEAUVOIR, Simone de. *O segundo sexo: fatos e mitos*. 4. ed. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1970.

BOURDIEU, Pierre. *A dominação masculina*. 10. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011.

BRASIL tem em média 10 estupros coletivos por dia. *Revista Fórum*, S. 1. 21 ago 2017. Disponível em: <<https://www.revistaforum.com.br/2017/08/21/brasil-tem-em-media-10-estupros-coletivos-por-dia/>> Acesso em: 17 out 2017.

BRASÍLIA. *Diretrizes nacionais feminicídio: investigar, processar e julgar com perspectiva de gênero as mortes violentas de mulheres*. Brasília: Distrito Federal, 2016. Disponível em: <http://www.spm.gov.br/central-de-conteudos/publicacoes/2016/livro-diretrizes-nacionais-femicidios-versao-web.pdf>>. Acesso em: 28 nov. 2017.

BRASÍLIA. Subchefia para assuntos jurídicos. *Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2016*. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2006/lei/111340.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111340.htm)> Acesso em: 17 out 2017.

CHEVALIER, Jean; GHEERBRANT, Alain. *Dicionário dos símbolos: mitos, sonhos, costumes, gestos, formas, figuras, cores, números*. 17. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2002.

CIORNAI, Selma; DINIZ, Lúcia. Arteterapia no Brasil. In: VALLADARES A. C. (org.). *Arteterapia: Cores da Vida*. vol. 8. 2009. p. 03– 05. Disponível em:<<http://www.brasilcentralArteterapia.org>>. Acesso em: 26 abr., 2013.

CORRÊA, M. Os crimes da paixão. São Paulo: Editora Brasiliense, 1981. In: BRASÍLIA. Subchefia para assuntos jurídicos. *Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2016*. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2006/lei/111340.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111340.htm)> Acesso em: 17 out 2017.

CORBETT, Elisa; SEI, Maíra Bonafé. Sentindo o corpo: reflexões e dificuldades na utilização da dança do ventre no contexto da violência familiar. In: VALLADARES A. C. (org.). *Arteterapia: Cores da Vida*. vol. 3. 2006. p. 26 – 31. Disponível em:<<http://www.brasilcentralArteterapia.org>>. Acesso em: 26 abr., 2013.

DINIZ, Lúcia (org.). *Arteterapia e as deusas: vivenciando o Olimpo*. Rio de Janeiro: Wak, 2015.

- ESPANCAR filha com fio elétrico e cortar seus cabelos é medida corretiva, diz juiz de Guarulhos. *Revista Fórum*, S.1.15 set. 2017. Disponível em: <<https://www.revistaforum.com.br/2017/09/15/espancar-filha-com-fio-eletrico-e-cortar-seus-cabelos-e-medida-corretiva-diz-juiz-de-guarulhos/>>. Acesso em: 17 out 2017.
- FRANCISQUETTI, 1995; GIFFIN, 1994 apud Corbett Elisa; SEI Maíra Bonafé. Sentindo o corpo: reflexões e dificuldades na utilização da dança do ventre no contexto da violência familiar. In: VALLADARES A. C. (org.). *Arteterapia: Cores da Vida*. vol. 3. 2006. p. 26 – 31. Disponível em: <<http://www.brasilcentralArteterapia.org>>. Acesso em: 26 abr., 2013.
- FERNANDES, Maria Helena. A terapia pela arte na intervenção com mulheres vítimas de violência doméstica. In: VALLADARES A. C. (org.). *Arteterapia: Cores da vida*. vol. 20. 2015. p. 10-18. Disponível em: <<http://www.brasilcentralArteterapia.org>>. Acesso em: 13 out 2017.
- FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade 2: o uso dos prazeres*. 8. ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1984.
- FUSSI, Flora Elisa de Carvalho. Mulheres e mandalas construídas com papel: um caminho de individuação. In: VALLADARES A. C. (org.). *Arteterapia: Cores da vida*. vol. 15. 2012. p. 23-25. Disponível em: <<http://www.brasilcentralArteterapia.org>>. Acesso em: 13 out 2017.
- HALLAWELL, Philip. *À mão livre: a linguagem e a técnica do desenho*. São Paulo: Melhoramentos, 2006.
- JUNG, Carl. Chegando ao inconsciente. In: *O homem e seus símbolos*. 13. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1995. p. 18-103.
- MAPA da violência 2015: Homicídio de mulheres no Brasil (Flacso, OPAS-OMS/ONU MULHERES/ SPM, 2015). *Agência Patrícia Galvão*. S. l. s/d. Disponível em: <http://www.agenciapatriciagalvao.org.br/dossie/pesquisas/mapa-da-violencia-2015-homicidio-de-mulheres-no-brasil-flacsoopas-omsonu-mulheresspm-2015/>>. Acesso em: 28 nov. 2017.
- (MATHIEU, 1985) apud SAFFIOTI, Heleieth I. B. *Gênero, patriarcado e violência*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004.
- ONU MULHERES BRASIL. *Fim da violência contra as mulheres*. Disponível em: <<http://www.onumulheres.org.br/areas-tematicas/fim-da-violencia-contra-as-mulheres/>>. Acesso em: 09 abr. 2017.
- ONU MULHERES BRASIL. *ONU: Taxa de feminicídios no Brasil é quinta maior do mundo; diretrizes nacionais buscam solução*. Disponível em: <<http://www.onumulheres.org.br/areas-tematicas/fim-da-violencia-contra-as-mulheres/>>. Acesso em: 09 abr. 2017.
- OSTROWER, Fayga. *Universos da arte*. 24. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.
- OSTROWER, Fayga. *Criatividade e processos de criação*. 30. ed. Petrópolis: Vozes, 2014.

ORMEZZANO, G. R.; GALLINA, F. S.; ALBANI, G.C.. Processos educativos estéticos não formais com dependentes químicos: significações no resgate à saúde. In: *Faz ciência*. vol. 15 n. 22. 2013. p. 37-63. Disponível em: <<http://e-revista.unioeste.br/index.php/fazciencia/article/view/9144>>. Acesso em: 1 nov., 2017.

PALHARES, Taisa Helena Pacale. *Aura: a crise da arte em Walter Benjamin*. São Paulo: Editora Barracuda, 2006.

PARABONI, Josiane. O arquétipo da mulher selvagem. In: VALLADARES A. C. (org.). *Arteterapia: Cores da vida*. vol.15. 2012. p. 26-28. <<http://www.brasilcentralArteterapia.org>>. Acesso em: 13 out 2017.

PHILIPPINI, Angela. *Para entender arte terapia: cartografias da coragem*. 3. ed. Rio de Janeiro: Wak, 2004.

PHILIPPINI, Angela. Arteterapia e outras terapias expressivas no novo paradigma de atenção em saúde mental. In: VALLADARES A. C. (org.). *Arteterapia no novo paradigma de atenção em saúde mental*. São Paulo: Vetor, 2004.

PIRES, Breiller. Caso Bruno, um retrato incômodo do sistema penal brasileiro. *El país*, São Paulo: 14 mar., 2017. Disponível em: <[https://brasil.elpais.com/brasil/2017/03/10/deportes/1489184463\\_907431.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2017/03/10/deportes/1489184463_907431.html)> Acesso em 03 out., 2017.

SAFFIOTI, Heleieth I. B. *Gênero, patriarcado e violência*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004.

SBEGHEN, Mariane Loch. A arte da escolha. In: In: TASCA, I. (org.). *É pensando nos homens que eu perdoo aos tigres as garras que dilaceram*. Passo Fundo: Aldeia Sul, 2013.

SEI Máira Bonafé. Arte e desenvolvimento emocional: possibilidades e significados no contexto da saúde mental. In: VALLADARES A. C. (org.). *Arteterapia: Cores da vida*. vol. 2. 2006. p. 17– 25. Disponível em: <<http://www.brasilcentralArteterapia.org>>. Acesso em: 26 abr 2013.

SILVEIRA, Nise. *O mundo das imagens*. São Paulo: Ática, 2001.

SOARES, Will; ACAYABA, Cíntia. Um em cada 3 brasileiros culpa mulher em casos de estupro, diz Datafolha. *G1*, São Paulo: 21 set., 2016. Disponível em: <<http://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2016/09/um-em-cada-3-brasileiros-culpa-vitima-em-casos-de-estupro-diz-datafolha.html>>. Acesso em: 12 dez., 2017.

TASCA, Ivaldino. Documentos Internacionais. In: TASCA, I. (org.). *É pensando nos homens que eu perdoo aos tigres as garras que dilaceram*. Passo Fundo: Aldeia Sul, 2013.

TASCA, Ivaldino. Escritos sagrados avalizam situações discriminatórias. In: TASCA, I. (org.). *É pensando nos homens que eu perdoo aos tigres as garras que dilaceram*. Passo Fundo: Aldeia Sul, 2013. p. 58-81.

TASCA, Ivaldino. Os locais e os templos mudam, o desrespeito permanece. In: TASCA, I. (org.). *É pensando nos homens que eu perdoos aos tigres as garras que dilaceram*. Passo Fundo: Aldeia Sul, 2013. p. 82-105.

TOMMASI Sonia Maria Bufarah. Arteterapia e Loucura: uma viagem simbólica com pacientes psiquiátricos. In: VALLADARES A. C. (org.). *Arteterapia: cores da vida*. vol. 1. 2005. p.17– 22. Disponível em: <<http://www.brasilcentralArteterapia.org>>. Acesso em: 26 abr 2013.

URRUTIGARAY, Maria Cristina. *Arteterapia: a transformação pessoal pelas imagens*. 4. ed. Rio de Janeiro: Wak, 2008.

URRUTIGARAY, Maria Cristina. Os problemas encontrados para a utilização da arteterapia. In: VALLADARES A. C. (org.). *Arteterapia: cores da vida*. vol. 1. 2005. p.23– 27. Disponível em: <<http://www.brasilcentralArteterapia.org>>. Acesso em: 26 abr., 2013.

VALLADARES, Ana Cláudia Afonso. A arteterapia e a reabilitação psicossocial das pessoas em sofrimento psíquico. In: VALLADARES A. C. (org.). *Arteterapia no novo paradigma de atenção em saúde mental*. São Paulo: Vetor, 2004.

VON FRANZ, M. O processo de individuação. In: JUNG, Carl (Org.). *O homem e seus símbolos*. 13. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1995. p. 158-229.